

VOLUME LI — N.ºS 1 e 2

R E V I S T A  
DA FACULDADE  
DE DIREITO  
DA UNIVERSIDADE  
DE LISBOA



Coimbra Editora

2010

REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA  
Periodicidade semestral  
LI — N.ºs 1 e 2 - 2010

*COMISSÃO DE REDACÇÃO*

Presidente - PROF. DOUTOR JORGE MIRANDA  
Vice-Presidente - PROF. DOUTOR EDUARDO VERA-CRUZ PINTO  
Vogais - PROF. DOUTOR PEDRO ROMANO MARTINEZ  
- PROF. DOUTOR LUÍS MORAIS  
- MESTRA ISABEL ALEXANDRE  
- MESTRE PEDRO INFANTE MOTA  
- MESTRA DINAMENE DE FREITAS  
- MESTRE JORGE SILVA SANTOS

*PROPRIEDADE E SECRETARIADO*

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa  
Alameda da Universidade  
1649-014 Lisboa — Portugal  
Telefone 217 984 600 — Telecópia 217 950 303

*DISTRIBUIÇÃO*

Coimbra Editora, S.A.

Ladeira da Paula, n.º 10  
Antanhol — 3040-574 Coimbra  
Telef. 239 852 650 — Fax 239 852 651  
revistas@grupocoimbraeditora.pt

ISSN 0870-3116

Depósito Legal n.º 75 611/95

Novembro de 2011

**I Doutrina**

	Págs.
<i>Robert Alexy</i> — Interpretação teleológica e vinculação à lei.....	9
<i>Manoel Gonçalves Ferreira Filho</i> — O paradoxo da Justiça Constitucional .....	17
<i>Jorge Miranda</i> — Divisão do poder e partidos políticos.....	25
<i>Jorge Miranda</i> — Democracia e Constituição para lá do Estado .....	33
<i>José Lamego</i> — O papel do kantismo na configuração disciplinar da filosofia do Direito.....	47
<i>José Melo Alexandrino</i> — O poder local na Constituição da República de Angola: os princípios fundamentais .....	61
<i>Ana Fernanda Neves</i> — Os direitos das pessoas com deficiência no Direito da União Europeia.....	93
<i>Luís Pedro Pereira Coutinho</i> — Justiça e Natureza na <i>República</i> .....	127
<i>Manuel A. Carneiro da Frada</i> — Relativismo, Valores, Direito .....	141
<i>José de Sousa e Brito</i> — O que é o positivismo jurídico. Como se autodefine e como se auto-suspende .....	193
<i>Otávio Luis Rodrigues Junior</i> — Propriedade, função social e constituição — Exame crítico de um caso de “constitucionalização” do direito civil .....	207
<i>Lenio Luiz Streck</i> — O problema da decisão jurídica em tempos pós-positivistas.....	237
<i>Csaba Varga</i> — Goals and Means in Law.....	263
<i>Carl Friedrich Nordmeier</i> — Timor-Leste: Novo Direito Processual Civil Internacional .....	275
<i>Miguel Lopes Romão</i> — Novas tecnologias e inovação nos sistemas de justiça: a experiência portuguesa e o trabalho desenvolvido pela Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-americanos .....	281
<i>Rui Tavares Lanceiro</i> — The International powers of the Portuguese autonomous regions of Azores and Madeira .....	293

**II Trabalhos de alunos**

<i>Thiago André Pierobom de Ávila</i> — O controle penal da imigração em Portugal, Espanha e Itália: a face oculta do neorracismo europeu .....	323
<i>Luis Carlos Lopes Batista</i> — Uma análise económica das externalidades ambientais negativas — em especial, a solução dos tributos ambientais .....	403
<i>Ricardo Bernardes</i> — A auto-suspensão de direitos fundamentais — reflexões em torno da sua admissibilidade .....	455
<i>Marco Caldeira</i> — A “soberania popular” em Jean-Jacques Rousseau e em Benjamin Constant: duas visões (assim tão) diferentes? .....	527
<i>Francisco Rocha</i> — Da retenção sobre coisa de terceiro e sobre coisa própria .....	573

**III Legislação**

<i>Manuel Veiga de Faria</i> — Alteração de registo por mudança de sexo da pessoa registada em caso de transsexualidade .....	647
---	-----

**IV Vida universitária**

Acta n.º 3/2010 do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa .....	665
Acta n.º 5/2010 do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa .....	675
<i>José Duarte Nogueira</i> — Sessão de homenagem ao Professor Doutor Martim de Albuquerque .....	681
<i>Adriano Moreira</i> — Sessão de homenagem ao Professor Doutor Martim de Albuquerque .....	685
<i>Martim de Albuquerque</i> — Sessão de homenagem ao Professor Doutor Martim de Albuquerque .....	687
<i>Jorge Miranda</i> — Sessão de Homenagem ao Prof. Doutor José Manuel Sérvulo Correia .....	691
<i>Sérvulo Correia</i> — Sessão de Homenagem ao Prof. Doutor José Manuel Sérvulo Correia .....	693
<i>Jorge Miranda</i> — Proposta de atribuição a condecorações .....	697
<i>Jorge Miranda</i> — <i>Laudatio</i> do General António dos Santos Ramalho Eanes como Doutor <i>Honoris Causa</i> pela Universidade de Lisboa .....	699

	Págs.
<i>Jorge Miranda</i> — Apreciação do <i>curriculum vitae</i> do Doutor Vladimir Augusto Correia de Brito em provas de agregação — II Parte — Uma obra em especial.....	703
<i>Jorge Miranda</i> — Proposta de alteração ao plano de estudos.....	707
<i>Jorge Miranda</i> — Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes.....	711
<i>Dário Moura Vicente</i> — No XX Aniversário da Faculdade de Direito de Bissau...	717
Dário Moura Vicente — Alguns dados quantitativos sobre a actividade do Instituto da Cooperação Jurídica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em 2010.....	721
<i>Nazaré da Costa Cabral</i> — Arguição da dissertação de Doutoramento da Mestra Elisa Rangel Nunes.....	727

**APRECIÇÃO DO *CURRICULUM VITAE*  
DO DOUTOR VLADIMIR AUGUSTO CORREIA DE BRITO  
EM PROVAS DE AGREGAÇÃO — II PARTE  
— UMA OBRA EM ESPECIAL (\*)**

JORGE MIRANDA

1. Conheci o Candidato aquando das suas provas de doutoramento realizadas na Universidade de Coimbra e de cujo júri tive a honra de fazer parte.

Encontrei-o, de seguida, aqui, na Universidade do Minho, no âmbito do Conselho Científico da Escola de Direito, a que pertenci durante anos, numa experiência académica inesquecível.

Depois, para efeito da sua nomeação definitiva como professor associado, coube-me elaborar o parecer sobre a actividade pedagógica e científica por ele desenvolvida durante o quinquénio de 2003-2008, parecer em que salientei como qualidades do Doutor Wladimir de Brito uma grande dedicação à Escola; apesar da concentração no estudo e no ensino do Direito Internacional Público, a abertura a outras matérias; o empenho numa pedagogia activa; e o sentido de serviço à comunidade.

Se agora recaísse sobre mim a tarefa de, de novo, apreciar o seu currículo, particularmente a partir de 2008, não teria senão que reiterar o que então escrevi. Mas o Professor Gomes Canotilho já se desincumbiu de tal encargo.

Nos breves minutos que me são disponibilizados, irei, por isso, debruçar-me sobre a última obra que o Doutor Wladimir de Brito publicou desde o seu doutoramento — o manual ou curso de *Direito Internacional Público*, de 2008.

2. Antes de mais, sendo tão escassa a bibliografia portuguesa e em língua portuguesa sobre o Direito internacional (consequência, em larga medida, dos planos de estudos das Faculdades agravados pela compactação imposta pelo chamado “Processo de Bolonha” ou, se se quiser, pelo modo como ele tem sido aplicado em Portugal), é de saudar a publicação de mais este livro. E o

---

(\*) Em prova de agregação, realizada na Universidade do Minho, em 26 de Março de 2010.

Autor revela largos conhecimentos, capacidade de síntese e clareza de exposição.

São de realçar, em especial:

- Os excursos históricos, com referência ao Direito internacional em civilizações antigas e em civilizações diferentes da europeia;
- A visão constitucionalmente adequada do novo n.º 4 do artigo 8.º da Constituição, introduzido em 2004;
- As páginas dedicadas à teoria do reconhecimento;
- O desenvolvimento conferido ao capítulo das organizações internacionais;
- O tratamento da responsabilidade internacional;
- O excelente capítulo sobre justiça penal internacional, embora desequilibrado no contexto sistemático.

Em contrapartida, não posso deixar de enunciar como menos satisfatórios os seguintes pontos, pela ordem com que aparecem no livro:

- A adjunção, na primeira parte, de matérias tão diversas como a evolução histórica, as características e o fundamento da obrigatoriedade, relações com o Direito dos Estados e as fontes de Direito internacional;
- Alguns aspectos da caracterização do Direito internacional, como a sua incompletude e a inexistência de órgãos de aplicação. Em vez de incompletude não deveria falar em menor densidade das normas? E não é o Autor que dedica tanta atenção, designadamente, aos tribunais internacionais penais?
- O quase nenhum olhar para os fenómenos de institucionalização que tem ocorrido;
- A não referência à codificação;
- A diluição da teoria das normas dentro da teoria das fontes;
- O estudo do *jus cogens* a propósito dos tratados, sem a autonomia que deveria ter, e a afirmação menos correcta (a pág. 208) de que, entre nós, só Afonso Queiró lhe seria abertamente favorável;
- A pouquíssima atenção prestada às normas da Constituição com incidência no Direito internacional, às normas do Direito constitucional internacional português;

(Admito que o Candidato tenha concebido o seu curso como podendo vir a servir para o ensino também em outros países de língua portuguesa. Mas isso apenas o abrigaria a considerar também as normas constitucionais paralelas desses outros países. A crescente importância

do Direito internacional na vida prática exige que os juristas saibam como os Estados a ele se vinculam) e como as suas normas são eficazes na ordem interna).

- Torna-se, assim, chocante que sobre o procedimento de celebração dos tratados em Portugal se contente com aludir à ratificação (págs. 165 a 167) e ao artigo 277.º, n.º 2, da Constituição (que, aliás, melhor estaria noutra lugar);
- Tirando a interpretação do n.º 4 do artigo 8.º, a redução, num volume de mais de 600 páginas, do estudo da relevância do Direito internacional na ordem interna portuguesa a parcas 7 páginas (121 a 128);
- A inserção da protecção internacional dos direitos do homem no âmbito da teoria dos sujeitos, obliterando-se que ela pode dar-se sem adstricção de personalidade jurídica aos indivíduos;
- A qualificação da Igreja Católica como organização internacional transnacional de natureza confessional (pág. 385), o que é contraditório com o conceito adoptado (pág. 392) de organização internacional como associação voluntária de sujeitos de Direito internacional;
- A qualificação, ao mesmo tempo, da Cidade do Vaticano como Estado com características específicas (pág. 387), podendo daí presumir-se que haveria dois, e não um só — a Santa Sé — sujeitos de Direito internacional;
- Ainda a recondução da União Europeia a organização internacional (pág. 394), sendo certo que há muito ela ultrapassou esse estágio e que a doutrina tende a reconhecer-lhe estrutura muito *sui generis*, porventura aproximável da de confederação de novo tipo;
- A crescer a isso, a ausência de menção, mesmo se sumária, aos processos de integração regional na América Latina e na África;
- Mais gravemente, a lacuna relativa às Nações Unidas, às suas funções, ao estatuto dos seus membros, aos seus órgãos e à sua reforma;
- Não menos gravemente, a ausência de um capítulo sobre os conflitos internacionais e o uso da força;
- Em relação a vários temas e problemas, como, por exemplo, o de fundamento da obrigatoriedade do Direito internacional (págs. 94-95), a desactualização das menções doutrinárias;
- O quase inexistente diálogo com Autores portugueses mais recentes, como Correia Baptista, Jónatas Machado e Jorge Bacelar Gouveia, não obstante constarem da bibliografia geral.

Peço que estas críticas não sejam tomadas senão com um sentido construtivo, convencido como estou de que o Doutor Wladimir de Brito é bem capaz de fazer mais e melhor, como tem demonstrado em tantos estados, já hoje aqui

referidos, entre os quais o curso *Direito consular*, de 2004 (não sem significado pela raridade dos estados sobre esta área nas nossas Universidades e pelo esforço sistemático que traduz).

Sobretudo, estas críticas não invalidam o juízo global claramente positivo que, em conclusão, quero, neste momento, exprimir. Pela sua carreira, pelo seu trabalho e pelas suas publicações, o Doutor Wladimir de Brito valoriza a Escola de Direito da Universidade do Minho e merece, sem sombra de dúvida, ser aprovado nas provas para obtenção do título de agregado a que agora se submete.